

12 MAR 1986

# Constituinte será tema da CNBB no Vaticano

ESTADO DE SÃO PAULO

12 MAR 1986  
PORTO ALEGRE  
AGÊNCIA ESTADO

"O que faz e o que deve fazer a Igreja, em face do problema urgente da Assembléia Nacional Constituinte." Esse será um dos temas da reunião de amanhã, no Vaticano, que se estenderá até sábado, entre a Santa Sé e a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), coordenadores regionais da entidade e cardeais brasileiros. A informação foi transmitida pelo próprio presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, no programa "A Palavra do Pastor" de ontem, na Rádio Medianeira, de Santa Maria, com o tema "A Igreja e a nova Constituição". De acordo com dom Ivo, essa questão da participação da Igreja Católica na Constituinte, a ser discutida nesse encontro no Vaticano, foi proposta pela Santa Sé.

O mesmo assunto também será analisado, conforme assegurou dom Ivo, na próxima assembléia geral da CNBB, em Itaici, de 9 a 18 de abril, só que sob o título de "Exigências cristãs de uma nova ordem constitucional". O presidente da CNBB entende que na elaboração de uma nova Constituição há uma tarefa especial da Igreja e dos cristãos, enquanto país. Acredita que deve questionar-se "qual e como será" essa "contribuição específica, a qual certamente não deve confundir-se com as atribuições dos políticos e técnicos em leis" — "uma pergunta que receberá,

como espero, uma boa resposta nas convenções" de Roma e Itaici. Dom Ivo, em sua alocução semanal, lembrou que existe uma notável tradição na história do Brasil da participação da Igreja na elaboração de suas sucessivas Constituições.

Citou que, na primeira Constituinte, a de 1823, depois dissolvida por D. Pedro I, havia 21 eclesiásticos entre os 90 constituintes. Na primeira Constituinte republicana, de 1891, um grupo de bispos ofereceu subsídios, sob a liderança de d. Antônio Macedo Costa, de São Paulo. Depois, na Constituinte de 1933/34, foram intensos os trabalhos do cardeal d. Sebastião Leme e da Liga Eleitoral Católica (LEC). Na de 1946 houve a contribuição de uma carta pastoral do cardeal d. Jaime de Barros Câmara, em nome de todos os arcebispos e bispos do País.

Em seu programa, d. Ivo afirma imaginar que os bispos, agora, vão querer enunciar critérios e sugestões sobre eleição e funcionamento dos constituintes e, principalmente, postulados e teses que não deveriam faltar no texto da nova Constituição. O presidente da CNBB entende que os bispos proporão valores básicos, como: dignidade e igualdade fundamental; defesa e promoção da vida; direitos da família; dignidade e primazia do trabalho; liberdade religiosa; conteúdo e exercício da educação; o correto conceito e uso da propriedade; liberdade de expressão; relação entre segurança do Estado e do cidadão.